

**Ano XXVI nº 6539 – 25 de março de 2022**

## **Paulo Guedes volta a ameaçar fundos de pensão dos trabalhadores**

Mais uma vez, o ministro da Economia Paulo Guedes volta as suas cargas contra os fundos de pensão dos trabalhadores de estatais, com claro intuito de beneficiar os bancos. A equipe econômica do governo Bolsonaro está preparando um projeto de lei (PL) que coloca em risco as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC). Segundo matéria na imprensa, o texto da proposta já está em fase adiantada. O objetivo principal do projeto é permitir que os empregados de empresas públicas tenham a opção de fazer a portabilidade dos seus atuais planos de previdência complementar para qualquer instituição financeira, inclusive dos bancos privados.

O governo quer ainda extinguir a obrigatoriedade de representação paritária entre participantes e patrocinadores na gestão das entidades fechadas, reduzindo a participação dos trabalhadores na gestão dos seus recursos. Atualmente representantes eleitos pelos funcionários fazem parte dos conselhos e diretorias, como no caso da Previ, no Banco do Brasil e da Funcef, na Caixa Econômica Federal.

A desculpa do governo é de “impedir a gerência política nos fundos”, a mesma desculpada esfarrapada que foi usada para a criação da chamada “autonomia” do Banco Central, que na prática entregou a política monetária de juros ao cartel dos bancos, visto que a entidade agora é quem escolhe sua diretoria sem intervenção de governos. O atual presidente do BC, que sucedeu Ilan Goldfajn, do Itaú, é Roberto Campos Neto, executivo que trabalhou no Bozano Simonsen e, em seguida, no Santander, onde comandou o banco espanhol no Brasil durante 14 anos. O economista e é neto do ex-ministro da Fazenda durante o regime militar, Roberto Campos, um dos mentores do neoliberalismo no Brasil.

O sistema financeiro privado está de olho gordo na carteira ativa dos fundos de pensão das estatais, algo em torno de R\$550 bilhões.

---

## **Consumidor vai pagar R\$ 40 bi a mais na conta de luz para dar lucro aos acionistas**

Nos próximos cinco anos os consumidores brasileiros vão pagar R\$ 40 bilhões a mais nas contas de luz para que as distribuidoras de energia que operam no país mantenham seus rendimentos e distribuam os lucros com os acionistas.

A manobra que ataca, mais uma vez, o bolso já desvalido do consumidor, é simples. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que regula o setor, libera a tomada de empréstimos pelas distribuidoras, que alegam prejuízos. O valor do empréstimo captado junto aos bancos é repassado com juros nas contas do consumidor num período maior, para que o impacto no valor da conta de luz seja menos sentido, pelo menos para alguns, os que têm altos salários e rendimentos. É desta forma que a agência reguladora, vinculada ao Ministério de Minas e Energia tem garantido a rentabilidade das distribuidoras de energia com prejuízo ao consumidor.

“O consumidor brasileiro paga uma das tarifas de energia elétrica mais caras do mundo e ainda possui compromissos financeiros a saldar com as multinacionais do setor”, diz Gustavo Teixeira, economista que assessora o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE).

“As medidas que a Aneel diz que vem adotando para o equilíbrio financeiro são, na verdade, para elevar a rentabilidade dessas empresas e não para impedir que o consumidor seja prejudicado”, complementa o economista do CNE.

---

## **Doações de sangue sofrem queda acentuada em Petrópolis**

O Banco de Sangue Santa Teresa, está sofrendo com baixa no número de doações e já chega a um deficit de 60%, principalmente após as tragédias causadas pela chuva de fevereiro e março.

As doações podem ser feitas das 7h às 18h, inclusive aos finais de semana e feriados, na rua Doutor Paulo Hervê, 1130, no bairro Bingen. Mais informações podem ser obtidas pelo (24) 2245-2324 e pelo WhatsApp (24) 99269-4355

O Banco de Sangue Santa Teresa abastece os hospitais de Petrópolis.

